

Aprova
[Assinatura]
2017-11-02
João Castel-Branco Goulão
Diretor-Geral



SICAD | Serviço de Intervenção nos
Comportamentos Aditivos
e nas Dependências

Código de Conduta SICAD

Serviço de Intervenção nos Comportamentos
Aditivos e nas Dependências



Ficha Técnica

Título: Código de Conduta SICAD

Autoria: Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)

Morada: Parque de Saúde Pulido Valente. Alameda das Linhas de Torres – Nº. 117, Edifício SICAD, 1750-147 Lisboa

Edição: SICAD, Lisboa

Edição: Novembro 2017

Artigo 1.º

Objeto

O presente Código de Conduta do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), adiante designado “Código”, estabelece o conjunto de regras e princípios gerais de ética e conduta profissional que devem pautar a atuação de todos os trabalhadores em exercício de funções no SICAD, sem prejuízo da observância de outros deveres que resultam da lei.

Artigo 2.º

Âmbito de Aplicação

1 – O presente Código aplica-se a todos os trabalhadores do SICAD, independentemente da natureza das funções e do respetivo vínculo jurídico.

2 – O Código aplica-se adicionalmente, e com as devidas adaptações, a todas as demais pessoas, coletivas ou singulares, que se relacionem, a qualquer título, com o SICAD.

Artigo 3.º

Princípios Gerais

Os trabalhadores do SICAD no exercício da sua atividade profissional, devem atuar com respeito pelos seguintes princípios:

- a) Da igualdade, sendo proibida a prática de qualquer tipo de discriminação, designadamente, com base na raça, sexo, idade, ascendência, língua, preferência sexual, religião, orientações políticas, ideológicas ou filosóficas, incapacidade física, instrução, condição social ou económica;
- b) Da dignidade da pessoa humana e integridade física e moral, proibindo-se qualquer comportamento abusivo, designadamente o assédio sexual ou psicológico, a coação e a ameaça, entre si e a terceiros;
- c) Da legalidade, agindo em obediência à lei e ao direito, com respeito por todos os regulamentos e procedimentos internos;
- d) Da proporcionalidade, agindo dentro dos limites das funções e em conformidade com os fins prosseguidos;
- e) Da prossecução do interesse público, atuando ao serviço dos interesses e direitos dos cidadãos;
- f) Da imparcialidade, tratando de forma justa e imparcial os seus superiores, colegas e terceiros;
- g) Da colaboração, agindo entre si e com os terceiros com respeito pelas regras da boa-fé, ética, integridade, lealdade e solidariedade;
- h) Da hierarquia, respeitando as ordens legítimas dos seus superiores e dos órgãos aos quais estejam subordinados hierarquicamente;
- i) Da confidencialidade, não podendo revelar ou utilizar quaisquer dados ou informações que tiveram conhecimento no exercício das suas funções;
- j) Da informação, prestando a todos os cidadãos e a todos os serviços da Administração Pública, todas as informações e/ou esclarecimentos solicitados, de forma célere e simples.

Artigo 4.º

Valores Profissionais

Os trabalhadores do SICAD no exercício da sua atividade profissional, devem atuar com respeito pelos valores profissionais da lealdade, solidariedade, integridade, responsabilidade, eficiência, diligência, celeridade, transparência, zelo, credibilidade, competência, qualidade, veracidade e confidencialidade.

Artigo 5.º

Sigilo Profissional e Proteção Dados

- 1 – Os trabalhadores estão sujeitos ao dever de sigilo profissional, não podendo divulgar ou usar dados e informações obtidas no desempenho das suas funções.
- 2 – O dever de sigilo profissional mantém-se após a cessação de funções no SICAD.
- 3 – Os trabalhadores que tenham acesso a dados pessoais relativos a pessoas singulares ou coletivas, não podem, utilizá-los para fins ilegítimos ou comunicá-los a pessoas não autorizadas a utilizá-los, devendo respeitar as disposições legalmente previstas relativamente à proteção de tais dados.
- 4 – A violação do sigilo profissional e da proteção de dados constitui, violação do dever profissional, fazendo incorrer o infrator, em responsabilidade disciplina, sem prejuízo de outras legalmente previstas.

Artigo 6.º

Relações Internas

- 1 – Os trabalhadores devem, na sua conduta interpessoal, promover a existência de relações cordiais e saudáveis, designadamente baseando-se na cordialidade, cooperação, partilha de informação, espírito de equipa e confiança.
- 2 – Os trabalhadores devem, designadamente, manter outros colegas intervenientes no mesmo assunto ao corrente dos trabalhos em curso, permitindo-lhes fornecer o seu contributo.
- 3 – Os trabalhadores que desempenhem funções de direção, coordenação e chefia devem instruir os seus colaboradores de uma forma clara e compreensível, oralmente ou por escrito.

Artigo 7.º

Relações Externas

- 1 – Os trabalhadores devem assegurar o bom relacionamento na interação com terceiros, no âmbito do exercício das suas funções, atuando sempre de modo diligente, cordial e cooperante.
- 2 – Os trabalhadores devem, ainda, pautar-se por princípios de respeito, disponibilidade, eficiência, correção e cortesia, devendo fornecer as informações e os esclarecimentos que lhes sejam solicitados, salvaguardando o dever de sigilo profissional que lhes está adstrito.

Artigo 8.º

Relações com Órgãos de Comunicação Social

Os trabalhadores do SICAD devem abster-se de por sua iniciativa ou a pedido de qualquer órgão de comunicação social, prestar qualquer esclarecimento ou informação sobre a atividade do SICAD, remetendo o contacto para o dirigente máximo do serviço.

Artigo 9.º

Ofertas e Benefícios

- 1 - Os trabalhadores do SICAD não podem oferecer, solicitar, receber ou aceitar, para si ou para terceiros, quaisquer benefícios, dádivas e gratificações, recompensas, presentes ou ofertas, em virtude do exercício das suas funções, nos termos legalmente previstos.
- 2 – Quando um trabalhador seja incumbido de entregar a terceiro uma oferta institucional do SICAD, deve evidenciar claramente a natureza institucional da mesma.
- 3 – Sempre que um trabalhador no exercício das suas funções e no âmbito da representação do SICAD receba uma oferta institucional, deverá entregá-la ao seu dirigente máximo.

Artigo 10.º

Conflito de Interesses

- 1 – Os trabalhadores devem evitar qualquer situação suscetível de criar, direta ou indiretamente, conflitos de interesses.
- 2 – Para efeitos do presente Código, considera-se conflito de interesses qualquer situação em que um trabalhador, tenha um interesse pessoal ou privado, para o próprio, respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum, suscetível de colocar em causa a atuação imparcial e de prossecução do interesse público, no desempenho das suas funções profissionais.

Artigo 11.º

Incompatibilidades

1. As incompatibilidades dos trabalhadores no que se refere ao exercício de atividades remuneradas externas, bem como os impedimentos em procedimentos administrativos são os que resultarem exclusivamente da lei e da respetiva relação jurídica contratual.
2. Caso se verifiquem incompatibilidades e/ou impedimentos, estes deverão ser comunicados por escrito ao respetivo superior hierárquico.

Artigo 12.º

Acumulação de Funções

As funções públicas são, em regra, exercidas em regime de exclusividade, podendo os trabalhadores acumular atividades, públicas ou privadas, nos termos legalmente estabelecidos, desde que previamente autorizadas.

Artigo 13.º

Utilização de materiais e demais equipamentos

- 1 – Os trabalhadores devem respeitar e proteger o património do SICAD, proibindo a utilização abusiva por terceiros dos serviços e/ ou das instalações do SICAD.
- 2 – Todo o equipamento e serviços e/ ou das instalações do SICAD, independentemente da sua natureza, apenas podem ser utilizados para uso institucional.
- 3 – Os trabalhadores, no exercício da sua atividade, devem efetuar uma utilização racional e eficiente dos recursos físicos, técnicos e tecnológicos afetos à atividade do SICAD e à sua disposição.

Artigo 14.º

Responsabilidade Ambiental

Os trabalhadores devem adotar as melhores práticas de proteção do ambiente, de forma a minimizar o impacto ambiental da sua atividade, designadamente pela minimização do número de documentos impressos/ fotocopiados.

Artigo 15.º

Participação dos Trabalhadores

- 1 – A adequada aplicação do presente Código depende, acima de tudo, do profissionalismo, consciência e capacidade de discernimento dos trabalhadores.
- 2- Os dirigentes devem ter uma atuação exemplar no tocante à adesão aos princípios e regras estabelecidos no presente documento, bem como assegurar o seu cumprimento.

Artigo 16.º

Entrada em Vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua aprovação e é publicitado na página eletrónica do SICAD, bem como através dos canais internos (Intranet).



Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
General-Directorate for Intervention on Addictive Behaviours and Dependencies
Tel: +351 211 119 000 | E-mail: sicad@sicad.min-saude.pt | www.sicad.pt
twitter.com/sicad_portugal | www.facebook.com/SICADPortugal

